

Fé e poder

a história do Cristianismo
antigo e medieval

Valtair Miranda



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

SUMÁRIO

Introdução, 7

I. Os primórdios do cristianismo, 11

- 1.1 Traçando as bases da jornada, 11*
- 1.2. O Mundo Romano, 17*
- 1.3 O evento Jesus: como tudo começou, 21*
- 1.4 O nascimento da igreja, 26*
- 1.5 De Jerusalém ao mundo: a difusão do movimento de Jesus, 31*
- 1.6 Paulo: vida, obra e impacto no Cristianismo, 36*
- 1.7 As raízes judaicas do Movimento de Jesus, 42*
- 1.8 O nascimento do Cristianismo, 50*
- 1.9 A formação do cânon cristão, 53*
- 1.10 A relação entre a Igreja e o Império, 57*

II. O cristianismo na antiguidade, 69

- 2.1 O Império Romano no século II, 69*
- 2.2 O século II e os pais apostólicos, 72*
- 2.3 Um período de crise geral (193-284), 77*
- 2.4 O Cristianismo no século III, 81*
- 2.5 O surgimento do Império Cristão no século IV, 88*
- 2.6 Conflitos e alianças, 94*

- 2.7 *O desenvolvimento da teologia cristã*, 99
- 2.8 *Fatores históricos para o avanço do Cristianismo*, 105
- 2.9 *O papel do martírio na formação do Cristianismo*, 112
- 2.10 *Cristianismo e vida cotidiana*, 119

III. O cristianismo na Idade Média, 123

- 3.1 *Para pensar a Idade Média*, 123
- 3.2 *Uma síntese política da Idade Média*, 128
- 3.3 *O desenvolvimento da Igreja Católica Ocidental*, 134
- 3.4 *O Cristianismo e os novos reinos no Ocidente*, 143
- 3.5 *O monasticismo medieval*, 151
- 3.6 *O desenvolvimento da monarquia papal*, 154
- 3.7 *Grandes controvérsias e ênfases teológicas*, 161
- 3.8 *Vários Cristianismos*, 171
- 3.9 *O Islamismo medieval*, 178
- 3.10 *As cruzadas*, 182

Conclusão, 189

Sobre o autor, 191

Bibliografia, 193

INTRODUÇÃO

A história do Cristianismo não é apenas uma sequência de eventos passados — é a base sobre a qual a fé do presente foi edificada e, ao mesmo tempo, um testemunho vivo do agir de Deus ao longo dos séculos. Compreender esse percurso histórico é mais do que um exercício acadêmico. É um convite para aprofundar a fé, discernir os desafios atuais e compreender como o Evangelho foi preservado, proclamado e vivido em diferentes contextos.

Este livro é uma tentativa de oferecer uma visão panorâmica e acessível dessa trajetória, sem perder de vista as questões fundamentais que moldaram o Cristianismo desde seus primórdios. Não se trata apenas de revisitar datas e eventos, mas de compreender o impacto das Escrituras, das decisões teológicas e das práticas comunitárias no crescimento e na consolidação da Igreja. Ao longo das páginas, nossa abordagem será informativa e objetiva, mas sempre guiada pelo desejo de integrar conhecimento histórico e espiritualidade.

Nos primeiros capítulos, voltaremos ao contexto do mundo romano e ao ambiente judaico, onde o Cristianismo deu seus primeiros passos. A figura central de Jesus, seu ministério e o impacto de sua ressurreição na vida dos discípulos serão analisados sob a perspectiva de sua relevância histórica e teológica. Também exploraremos o papel das cartas de Paulo, o dinamismo da Igreja de Jerusalém e os desafios enfrentados por esse movimento nascente enquanto se espalhava pelo Império Romano.

Na seção seguinte, avançaremos pela Antiguidade, observando como o Cristianismo enfrentou perseguições, respon-

deu a heresias e, por fim, encontrou espaço para florescer em um império que inicialmente o rejeitou. Reflexões sobre os mártires, os pais da Igreja e os primeiros esforços teológicos nos ajudam a entender como a fé cristã, tão diversificada em suas expressões iniciais, começou a se consolidar como um corpo doutrinário unificado.

Por fim, chegaremos à Idade Média, um período em que a Igreja desempenhou um papel central na formação de sociedades, reinos e culturas. A emergência do monasticismo, o desenvolvimento do papado, as controvérsias internas e os encontros com outras tradições religiosas — tudo isso será analisado como parte de um processo histórico que moldou a cristandade ocidental e oriental.

Embora este livro não tenha como objetivo produzir uma pesquisa inédita, ele se propõe a ser um recurso útil para interessados que desejam compreender a história do Cristianismo como um todo integrado. Para além de cronologias ou detalhes técnicos, há um foco em revelar os movimentos mais amplos que conectam a fé vivida pelos apóstolos à tradição que chegou até os dias atuais. Afinal, cada período, cada conflito e cada vitória da Igreja carrega lições que podem enriquecer a prática teológica e pastoral hoje.

É importante notar que, para facilitar a leitura e tornar o texto mais fluido, optei por não incluir notas de rodapé ou referências ao longo dos capítulos, exceto em citações diretas. Ainda que o texto não apresente essas menções explícitas, ele é, evidentemente, devedor de vários autores e estudiosos da história do Cristianismo. Suas obras estão listadas ao final do livro, na bibliografia, para incentivar aqueles que desejarem se aprofundar no tema a buscar diretamente essas fontes.

Convido você a percorrer estas páginas com atenção e espírito crítico, mas também com um coração aberto para contemplar a soberania divina que se manifesta na histó-

ria. A riqueza do Cristianismo não está apenas no que foi registrado, mas também nas reflexões que ele inspira e nas aplicações que ele sugere para o nosso tempo. Como sugere o título, o elemento central desta obra é a análise da fé e do poder, sendo a fé o agente e o poder o reagente, ao longo de uma trajetória nem sempre isenta de dificuldades. A maneira como o poder respondeu à fé, por vezes, parece obscurecer o verdadeiro sentido dela. No entanto, isso não passa de uma ilusão, pois o criador da Igreja nunca deixou de exercer controle sobre sua história.

I. OS PRIMÓRDIOS DO CRISTIANISMO

Os primórdios do Cristianismo representam uma das fases mais fascinantes e transformadoras da história humana. Este capítulo busca explorar as raízes do movimento cristão, situando-o no contexto cultural, social e político do mundo romano. A jornada começa com uma análise do cenário histórico que preparou o terreno para o surgimento de Jesus e sua mensagem, passando pela formação da Igreja em Jerusalém e sua subsequente difusão por meio de líderes como Paulo. Também examina as conexões profundas entre o Cristianismo nascente e suas raízes judaicas, o desenvolvimento de um cânon cristão e a complexa relação da Igreja com o Império Romano. Este panorama oferece uma compreensão ampla das bases que sustentaram a expansão e a consolidação do Cristianismo como uma força social e cultural nos séculos seguintes.

1.1 Traçando as bases da jornada

Uma reflexão sobre a História do Cristianismo precisa começar com o surgimento do movimento de Jesus. Mais ainda: é necessário olhar para ele como um fenômeno encarnado na história, cercado por acontecimentos e eventos diversos, revestido de manifestações culturais e expressões literárias próprias de sua época. Esse discernimento histórico do movimento exige também a compreensão do seu contexto. Quanto melhor entendemos um, melhor compreendemos o outro. Ignorar um é obscurecer o olhar sobre o outro. Isso nos leva a buscar continuamente sínteses da história

política, social e cultural dos grupos que cercam os eventos relacionados a Jesus e seus seguidores. Trabalhamos, nesse caso, com o que poderia ser descrito como um grande quadro de plausibilidade, para explicar como fenômenos históricos viabilizaram ou restringiram ações e falas dos cristãos ao longo da história.

Foi o pensador francês Bernardo de Chartres, que viveu entre 1130 e 1160, quem registrou uma das frases mais significativas para o trabalho do historiador. Em latim medieval, ele escreveu “*nanos gigantum humeris incidentes*”, o que poderia ser traduzido como “somos como anões sobre os ombros de gigantes”. É exatamente assim que nos sentimos ao refletir sobre a história do Cristianismo. Tanta gente grande já falou sobre isso antes! A expectativa não é ultrapassá-los, mas partir de suas contribuições e aproveitá-las. Isso obviamente acarreta na perspectiva de que, mesmo sem fontes explícitas, há a presença do saber acumulado desde os mais antigos pensadores cristãos até os nossos contemporâneos.

Estamos na esteira dos historiadores do Cristianismo que vieram antes de nós, e estes, por sua vez, eram sucessores de outros sábios da Antiguidade. Para os leitores da Bíblia, é possível indicar algumas tradições historiográficas que remontam aos tempos da Bíblia hebraica. A tradição que deu origem aos livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis é chamada por alguns autores de historiografia deuteronomista e parece ter relação com a reforma religiosa do rei Josias (648-609 a.C.). Já os livros de Esdras, Neemias e Crônicas são descritos como historiografia cronista e refletem as perspectivas do judaísmo posterior ao exílio babilônico. O bloco deuteronomista entrou na Bíblia hebraica numa seção descrita como “primeiros profetas”, o que indica para os leitores da Torá que a descrição dos eventos se deu numa perspectiva profética. Ou seja, seus autores não apenas narravam os eventos, mas

discerniam as ações de Deus no interior da história do povo. A história é o campo de atuação de Deus no mundo, uma perspectiva que provavelmente inspirou muitos historiadores judeus e cristãos posteriormente.

Na historiografia, entretanto, costuma-se apontar o grego nascido em Halicarnasso, Heródoto (484-425 a.C.), como o pai da história. Ele escreveu uma obra intitulada *Istoria*, palavra que pode ser traduzida como pesquisa. Neste livro, ele narrou as guerras dos gregos contra os persas, buscando suas causas da mesma forma que seus contemporâneos Parmênides de Eleia ou Heráclito de Éfeso. Com Heródoto, surge o princípio de que não basta narrar, é preciso contar as razões dos eventos. Após Heródoto, surgiram o ateniense Tucídides (460-396 a.C.) e Políbio (202-120 a.C.), do Peloponeso. Entre os romanos é possível mencionar o general Caio Júlio César (100-44 a.C.), com seus sete volumes Sobre a Guerra na Gália (*De Bello Gallico*).

É nesse momento que surge o movimento de Jesus, com textos próprios, como os Evangelhos e o Atos dos Apóstolos, narrando a vida de Jesus na forma de pregação. São textos que desejam converter os leitores para a fé na pessoa de Jesus, e não demorou muito para que fossem tratados como obras sagradas e lidos em seus cultos de celebração. Dentre os seguidores de Jesus, as mais antigas obras que lembram a historiografia dos gregos e romanos são as de Hegésipo (c. 115-185), que escreveu *Memórias* por volta de 180, e Sexto Júlio Africano (falecido c. 240), autor de *Cronografia*. Ao narrar os eventos, tinham uma perspectiva memorialista inicialmente, mas também apologética, ao tentar demonstrar que a história dos personagens do Judaísmo e do Cristianismo era prioritária sobre a história dos gregos e romanos.

Poucas décadas depois de Júlio Africano, nasceu aquele que seria o mais significativo historiador dos primórdios,

Eusébio de Cesaréia (263-339). Ele viveu os anos singulares do início do século IV e testemunhou a grande transição do movimento cristão, que passou de uma minoria perseguida, no início do século, para uma maioria beneficiada pela conversão do Imperador. Eusébio morreu pouco depois de seu grande herói, Constantino, e a ele dedicou uma biografia. Sua obra magna, entretanto, é intitulada *História Eclesiástica*, projeto que levou várias décadas para ser concluído. Eusébio não seguiu os Atos dos Apóstolos ou os Atos dos Mártires, mas adotou uma metodologia que buscava demonstrar como os eventos de seu entorno pareciam indicar que a conversão do Imperador representava uma gigantesca inflexão na história.

Após Eusébio de Cesaréia, ainda é preciso mencionar o bispo de Hipona, Agostinho, com *Cidade de Deus* (413-426), e Paulo Osório, com *Histórias contra os Pagãos* (417-418). Nestes autores, é possível perceber certa distinção entre história profana e história sagrada. Eles olham para a história em termos de camadas e níveis: em um nível macro, a história dos poderes e grupos de uma forma geral; em um nível interior ou profundo, a história das ações de Deus na construção de um povo. Mas é claro que há uma relação entre ambas, já que não podem ser separadas.

A perspectiva desses pais fundadores da história do Cristianismo nos leva à necessidade de integrar as duas narrativas. Não é possível separar os grupos humanos em esferas estanques. Eles precisam ser compreendidos em sua completude. A história do povo de Deus é parte da história mundial. Assim, para compreender os eventos ou personagens cristãos é necessária uma visão do contexto histórico mais amplo.

Nosso conceito de história leva em conta o ser humano, a sociedade e o tempo. A história é, então, o estudo do ser humano em sociedade ao longo do tempo. Na interação desses três elementos, a história se desenrola na forma de uma

sucessão de eventos que gera um passado (o que já aconteceu) e cria a expectativa de um futuro (o que está por vir).

Para cumprir seu ofício, o historiador se vale dos resíduos deixados pelos seres humanos nos eventos. Esses resíduos são artefatos, livros, construções e muitos outros objetos que sobreviveram, ainda que parcialmente. Nem tudo o que os homens e mulheres do passado produziram sobreviveu até o presente. O que sobreviveu pode ser chamado de resíduo ou sobra do passado. Essas sobras são utilizadas para que os historiadores construam os fatos históricos e compreendam suas dinâmicas de causa e consequência.

Como argumentou Edward Carr, o historiador seleciona quais fatos devem ser destacados em determinado momento e em que ordem serão apresentados. Estudar história significa, então, selecionar e ordenar os fatos no interior de determinados eventos. A alerta de Carr se faz necessária:

Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e o decifre (CARR, 1982).

Fatos e documentos são importantes, mas não constituem a história por si mesmos, não fornecem respostas prontas. O trabalho do historiador não é apenas registrar, mas avaliar. E, para isso, é importante considerar algumas questões. Primeiramente, os fatos nunca chegam ao historiador “puros”. O fato não existe em uma forma pura, nem pode existir. Eles são sempre interpretados, filtrados e apreendidos pela mente

de quem os registrou. Outra questão refere-se à necessidade de o historiador procurar “compreender com imaginação” a mente das pessoas que ele estuda. Por fim, o passado só pode ser visualizado pelos olhos do presente. Afinal, são os olhos do historiador do presente que se voltam para o passado.

Isso dá ao trabalho historiográfico uma natureza interpretativa que acompanha cada obra de cada historiador. Escrever sobre história, então, não é um trabalho exato, como no campo da matemática ou da física. Isso explica as divergências entre os historiadores. Eles divergem porque suas interpretações são distintas, mesmo ao olhar para os mesmos documentos, fatos e eventos. Compete ao conjunto dos historiadores distinguir as boas interpretações das más, avançando assim o que se pode chamar de pesquisa histórica.

Por exemplo, durante muito tempo os livros de história do Brasil tratavam a chegada dos portugueses com o rótulo de “descoberta do Brasil”, como se ele tivesse passado a existir apenas a partir de então, ignorando completamente a história de inúmeros grupos e sociedades que o habitavam há muito tempo. Com o reconhecimento dessa problemática, atualmente é comum tratar o mesmo tema como “conquista do Brasil”, ou mesmo “invasão do Brasil”.

Resumindo: o que faz a história do Cristianismo? Ela sintetiza, ordena e analisa fatos, eventos e personagens derivados do movimento iniciado por Jesus de Nazaré. Ela faz isso estudando resíduos de todos os tipos deixados pelos cristãos ou por seus opositores. Busca-se, nesse processo, não apenas colecionar fatos em uma lista infundável, mas entender os caminhos que trouxeram as igrejas até o lugar em que se encontram hoje.

1.2. *O Mundo Romano*

Os eventos do início da história do Cristianismo ocorreram em um espaço que poderia ser definido como o Império Romano. As cidades e os locais relacionados a Jesus e seus discípulos estavam, naquele período, sob o controle de Roma. Todo o mundo mediterrâneo encontrava-se sob esse domínio.

Roma é um termo que designa uma cidade. Suas origens ainda são alvo de debates entre os estudiosos. Aparentemente, no mesmo período em que os assírios conquistavam o Reino do Norte e destruíam Samaria, um pequeno povoado surgia próximo ao rio Tibre. Ele começou como uma cidade-estado, com um rei, semelhante a tantos outros da época, sem muitas distinções.

A região era estratégica para o comércio entre o interior da Península Itálica e a costa, o que fomentou seu crescimento em relação a outras concorrentes da península. Entre 753 e 509 a.C., o povoado cresceu e transformou-se em uma cidade importante para a região, além de se organizar estruturalmente com calçadas, fortificações, sistema de esgoto e uma língua comum, o latim.

Em 509 a.C., no entanto, grupos patrícios, insatisfeitos com os chefes etruscos que os lideravam, depuseram os governantes e instituíram um novo sistema de governo, a que chamaram de república. A monarquia desapareceu com a expulsão do último rei etrusco. Tradicionalmente, dizia-se que os romanos nunca mais teriam um rei. Enquanto isso, do outro lado do Mediterrâneo, os judeus concluíam a reconstrução do templo de Jerusalém, após o Edito de Ciro, que liberou o retorno dos exilados.

No início da república romana, a sociedade estava dividida em partidos ou grupos sociais, distribuídos em três

categorias principais. Os patrícios formavam um grupo aristocrático de sangue, cujo poder estava baseado na posse da terra; os clientes eram servidores ou protegidos dos patrícios; e a plebe constituía o restante dos habitantes. Essa fase, em que os patrícios detinham todos os direitos políticos, só mudou depois de quase dois séculos de lutas entre patrícios e plebeus.

As mudanças mais significativas ocorreram quando as atividades comerciais começaram a prosperar em Roma, criando uma distinção social independente da nobreza de sangue. Com isso, a distinção podia ocorrer pela riqueza, o que, de certa forma, enfraqueceu o poder da aristocracia.

O governo republicano exercia-se por meio de magistraturas. Os principais magistrados eram os cônsules e o senado. Os cônsules, sempre em dupla, detinham muito poder, sendo responsáveis pela atuação militar e civil. O senado era formado por um conselho de anciãos. A maioria desses magistrados exercia seu cargo por apenas um ano. Outros, como os senadores, tinham cargos vitalícios. A influência dos senadores era simbolizada pela sigla SPQR, "*Senatus Populusque Romanus*" ("O Senado e o Povo de Roma"), vista em espaços públicos.

Ser cidadão romano era importante. Os cidadãos, reunidos em assembleias populares, votavam nos cargos públicos. Um ex-escravo podia com a liberdade tornar-se cidadão, e seu filho, todos os direitos políticos. A cidadania também era estendida a aliados de Roma e a comunidades inteiras, o que contribuía para o crescimento do número de romanos.

Roma já era uma cidade importante no período dos reis etruscos. Com a república, iniciou uma fase contínua de expansão. Primeiro, Roma derrotou e subjogou outras cidades e povos da Península Itálica. Depois de conquistar toda a Itália, a partir do século III a.C., ela começou a expandir-se

para fora da península, o que transformou rapidamente a sociedade, especialmente pelo afluxo de riquezas que se concentravam na cidade. Esses lucros vinham da captura e venda de escravos (inimigos derrotados) e das terras incorporadas ao *ager publicus*. Esses escravos eram usados como mão de obra gratuita nas terras dos romanos.

Até as reformas do general Mário, em 111 a.C., o exército era formado por cidadãos recrutados pelo Senado, não sendo uma armada permanente e guerreando normalmente no verão. Como a participação era obrigatória, os campos dos camponeses recrutados ficavam abandonados, o que prejudicava a economia. Isso levou à criação da “legião romana”, uma unidade militar com cerca de 3.000 soldados de infantaria, 1.200 homens de assalto e 300 cavaleiros. Os generais eram chamados de “*imperatores*”, ou “aqueles que mandam”.

Com o deslocamento das guerras para regiões mais distantes e de duração prolongada, o exército começou a remunerar os soldados com um salário. Agora, eles eram profissionais e desenvolviam carreiras militares. Consequentemente, sua lealdade se voltou para seus generais, o que levou às guerras civis no final da república.

Após meio século dessas guerras civis, em que as legiões romanas lutavam entre si apoiando diferentes generais, um general, Caio Júlio César, realizou uma importante transição. Como não foi reconduzido ao cargo pelo Senado, César voltou-se contra essa instituição, invadiu Roma e tornou-se ditador. Foi assassinado pouco depois, nos famosos Idos de Março (15 de março de 44 a.C.).

Algum tempo depois, um sobrinho de César, Otávio, assumiu como líder único, derrotando seus adversários e adotando o título de “*princeps*”, no início de um regime político que, apesar de tentar dar continuidade ao anterior, era uma nova estrutura. Otávio também recebeu os títulos